

A reprodução de escravos e a visão historiográfica na Fazenda Santa Clara (1824–1860)

Josemar de Freitas Gabriel

Prof. de História, Geografia, Sociologia e Turismo
Pós-graduado em História e Cultura Brasileira
Acadêmico da Faculdade de Direito de Valença

Resumo

Este artigo é resultante do interesse em desmistificar a ideia de que a Fazenda Santa Clara tenha sido reprodutora de escravos. Tal reflexão teórica, está pautada em realizar um levantamento acerca da escravidão na fazenda, apontar dados que demonstram a não existência de reprodução de escravos no Brasil. Trata-se de uma tomada de fôlego, um olhar para trás com o intuito de recolher e apresentar os argumentos favoráveis que derrubam contos, histórias não reais no que tange à fazenda. O objetivo aqui perseguido, parte desse esforço devido não a um interesse centrado, mas também da história em sua essência, uma vez que, por morar numa cidade próxima à Fazenda Santa Clara, aproximadamente 155 quilômetros de Juiz de Fora, às margens do Rio Preto e emoldurada pela Serra da Mantiqueira, no município mineiro de Santa Rita do Jacutinga, venho fazer um paralelo entre a reprodução de escravos na fazenda e a visão historiográfica. Afasta-se, pois, qualquer pretensão de um arrolamento exaustivo da produção em foco, selecionando-se alguns poucos trabalhos com fundamento, sobretudo, em sua utilidade na tarefa de evidenciar o amplo espectro temático que marca de maneira distintiva a escravidão na fazenda.

267

Palavras-chave: Fazenda Santa Clara. Reprodução de escravos.

Abstract

This article is the result of the interest to demystify the idea that the Fazenda Santa Clara has been a breeder of slaves. Such theoretical reflection interest is guided to conduct a survey on slavery at the farm, to point data showing the absence of reproduction of slaves in Brazil. It is taking a breath, a look back in order to gather and present the arguments for tipping stories, stories not real in terms of the farm. The objective pursued here, begins of effort because no one interest centered, but also the story in its essence, since by living in a city near Fazenda Santa Clara, about 155 km from Juiz de For a at the shores of the Black River and bordered by the Mantiqueira mining in the municipality of Santa Rita do Jacutinga, I come to draw a parallel between the reproduction of slaves on the farm and the vision of historiography. Moves away, thus no pretense of a comprehensive enrollment of production in focus, selecting a few works based mainly on its usefulness in the task of showing the broad thematic spectrum that mark distinctive way slavery on the farm.

Keywords: Fazenda Santa Clara. Reproduction of Slaves.

Introdução

Cabe ressaltar, de imediato, estar-se ciente de que o estudo feito propicia um passeio por parte da História do Brasil, a detecção de lacunas no elenco de autores. Estudos abordados nos remetem a um passado contraditório. Sendo assim, este artigo tem como cunho principal promover uma releitura do processo escravista da Fazenda Santa Clara.

É preciso compreender a formação de toda uma conjuntura delineada pelo sistema de aquisição de terras, exploração, capitalização de recursos, mão-de-obra e a construção da sede da Fazenda Santa Clara, juntamente com seus proprietários anteriores e sucessores. Enfim, todo conjunto histórico no que diz respeito à própria. Este trabalho é fruto de uma investigação empírica e bibliográfica resgatada através dos tempos, pesquisa oral e cujo artigo resulta, na verdade, de um contexto de minha Monografia do Curso de Pós-graduação, defendida e elaborada em 2005 na FAA. Penso que sua validade é de suma importância, uma vez que existem poucos trabalhos, ou nenhum, centrados em estudos do tema em pauta. Deve-se ressaltar que sua validade é ainda maior por ser um estudo sobre a Fazenda Santa Clara, tema este ausente de trabalhos científicos focados, dirigidos, direcionados, considerando tal importância para nossa veracidade.

A edificação da Fazenda Santa Clara e a exploração do Vale do Rio Preto

268

Em 1760, começou a ser construída a então Fazenda Santa Clara, também chamada Solar dos Fortes. As obras foram concluídas em 1788 e, nos tempos áureos do café, a propriedade chegou a ter 2.800 escravos, número este que também apresenta controvérsias. Nesse período era administrada pelo governador Teresiano Fortes, que dividia a casa de 52 quartos, sete salões, 365 janelas e 117 portas apenas com a esposa, a Viscondessa de Monte Verde.

A fazenda situa-se a 24 quilômetros da cidade de Rio Preto. A semelhança dos antigos castelos medievais, ali se eleva sobre verdadeira muralha de pedras. Em 1780, o governador das Minas, Pedro Maria Xavier de Athaide e Mello, estabeleceu, definitivamente, o registro de Rio Preto. De São João Del Rei sai o capitão Francisco Dionysio Fortes com o intuito de fazer fortuna. Vira no sertão de Rio Preto, aberto à exploração, não só terras fertilíssimas, como também um solo que guardava riquezas incalculáveis, como o ouro. Procurava-se tal metal pelas margens do Rio Preto e seus afluentes como Bananal, Pirapetinga, Santa Clara e São Fernando.

Da fazenda de sua mãe, Dona Maria Vitória de Bustamant e Sá, traz muitos escravos e entrega-se à atividade de exploração no Vale do Rio Preto, onde adquiriu diversas sesmarias pelas margens do rio até às vertentes da Mantiqueira. Com sua esposa, Dona Joaquina Felisberta Silveira e quatro filhos dá origem ao Solar patriarcal de Santa Clara, às margens do Rio Preto, que, com o passar do tempo, transformou-se em esplêndido centro rural que chegou a contar com um contingente de 1.800 escravos, o maior de Minas Gerais. Sucedeu ao primeiro guarda-mor o registro de Rio Preto o Sr. Luiz Fortes Bustamant que era seu irmão. O território então se estendia sob sua administração pelo Rio Preto, as nascentes, a sombra até as proximidades de Porto das Flores. Nessa

posição concedeu terras aos primeiros posseiros das barrancas do Rio Preto. A fundação da cidade de Rio Preto está diretamente associada à tradição oral que o considera como um dos principais fundadores, devido à construção de prédios, dando condições para que a lugarejo fosse elevado à vila. Francisco Dionysio tornou-se então um grande senhor, um grande proprietário de terras pelas margens do Rio Preto. As descendências de Francisco Dionysio Fortes e Dona Joaquina Felisberta da Silveira foram notáveis. Francisco Teresiano Fortes de Bustamant, comendador, casado com Dona Maria Teresa de Souza Fortes, Baronesa, depois Viscondessa de Monte Verde, receberam como herança a Fazenda Santa Clara.

Francisco Dionysio Fortes de Bustamant, talvez por ser filho primogênito, em 1824, recebeu em concessão do governador central uma Sesmaria de terras à margem esquerda do Rio Preto, fronteiras as que na mesma data recebera seu pai. Ali fundou a Fazenda Santa Clara limitada pelos ribeirões de Três Barras e Pirapetinga, tendo a extensão de duas léguas, ou seja, 12 quilômetros.

Hoje a Fazenda Santa Clara transformou-se em atração turística pela dedicação atribuída à professora Adélia Felícia de Paula Nogueira, uma das herdeiras do imóvel, que muito tem contribuído para difundir a história regional, à qual se atribui a versão de que a fazenda tinha como principal função a reprodução de escravos, informação esta baseada em relatos de seus familiares e em um livro escrito por Renato Brandão, já falecido, bisneto de Thomé Dias Brandão, que foi homem de confiança do Comendador Teresiano. Indo mais além, a professora descreve que o dito Comendador hipotecou a Fazenda Santa Clara ao então Banco Hipotecário do Brasil, por 127 contos de réis e, clandestinamente, encomendou 400 angolanos, com o propósito de adquiri-los.

A história da Fazenda Santa Clara nos remete a um suposto e nebuloso período da escravidão no Brasil, sob a proteção de adornos fictícios como 29 janelas “falsas”, desenhadas sob um paredão de argila e saibro.

A TV Globo já produziu algumas novelas no interior da fazenda. A mesma também já foi cenário de uma minissérie (Abolição) da qual, eu autor deste artigo, participei, tendo sido a mesma exibida no ano 1989, não tendo sido o referido local escolhido aleatoriamente, mas por suas riquezas histórico-arquitetônicas. Da arquitetura imponente e dos terreiros de café aos objetos de decoração trazidos da Europa nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, a fazenda preserva sua história, inclusive nas partes mais abomináveis, como na senzala e na cadeia, também chamada de câmara de tortura. Todo luxo da residência fica pequeno diante do salão de sarau ou salão nobre. A mobília é requintada, as cadeiras, em jacarandá de primeiríssima qualidade, seguem o estilo medalhão, contendo na composição do salão, um espelho de cristal, que já se mostra fechando a imagem, sendo a madeira do assoalho revestida com um luxuoso tapete persa, onde consta um piano francês, móveis franceses e quadros que retratam os antigos proprietários, a saber: o Comendador Teresiano, primeiro proprietário, e o Coronel João Honório, com as respectivas esposas. É lá também que ficam fotos que registram a visita do presidente Washington Luís à fazenda, em 1927.

Digno de se notar são as janelas do casarão que margeiam as estradas de acesso, simulação de autênticas vidraças de janelas com guilhotinas, fantasia do artista que as idealizou sobre as paredes caiadas, conhecido como José Maria Villaronga, catalão, o

qual também pintou o teto da capela nova, oferecendo a ilusão de ali existirem vidraças verdadeiras, recobertas por poeira do tempo e teias de aranha.

Segundo a história difundida pela professora Adélia Felícia, na Fazenda em epígrafe, com o objetivo de reprodução de escravos, havia à época 360 mulheres para 40 homens; 9 para cada um. A média seria de 10 filhos por mulher. Assim, 400 escravos eram induzidos a um sistema de reprodução contínua para gerar mais riquezas para o senhor, o Comendador Francisco Teresiano Fortes de Bustamant. Os bebês homens gerados eram vendidos para fazendeiros, as meninas ficavam, mas, aos 13 anos, passavam a conviver na senzala especial, com seletos grupos de escravos, para aderirem ao sistema de reprodução. Os homens eram alimentados três vezes ao dia e tinham privilégios de fazer apenas trabalhos domésticos.

Essa versão da monumental Fazenda Santa Clara, com seus seis mil metros quadrados de área construída, é afirmada pela emérita professora Adélia Felícia de Paula Nogueira. A história divulgada suscita alguns questionamentos, uma vez que não temos relatos de reprodução de escravos no Brasil. Conforme pesquisa elaborada não constatamos a existência de documentos comprobatórios. Os historiadores, tal como o professor Flávio Gomes, Doutor em História pela UFRJ e especialista em escravidão, contesta tal versão. Não há na literatura brasileira qualquer página dirigida ao tema escravidão no Brasil, relatos da reprodução de escravos. Em minhas pesquisas de campo, onde procuro estabelecer tal paralelo, também não encontrei nenhuma obra que pelo menos deixasse vestígio para ser analisado, especialmente no trabalho desenvolvido por Joaquim Manoel de Oliveira Monteiro em seu livro *Dos Barões aos Coronéis*, sobre o qual me debrucei.

Na verdade, a Fazenda Santa Clara foi uma imensa empresa produtora de café que contribuiu, em muito, para economia do país e para parte da formação de toda a nossa cultura. Valendo ressaltar que a produção cafeeira não ficou restrita às antigas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ela se expandiu para outras regiões próximas, como a Zona da Mata em Minas Gerais, em torno das cidades de Leopoldina, Cataguases, Rio Preto, Santo Antônio do Paraibuna e outras. A produção de café na Zona da Mata cresceu muito e Minas Gerais se tornou uma grande província cafeeira.

O aprofundamento nesse tema de relevância inegável para o entendimento da economia escravista brasileira, não apenas no que concerne às regiões particularmente comprometidas com a extração do ouro e o fabrico do açúcar, mas igualmente com relação a outras áreas do país, é mais uma contribuição para o estudo de nossa história, nossa cultura, nossa sociedade; caso contrário, provavelmente essas considerações não teriam razão de ser.

“A verdadeira essência da atividade voltada para ‘*plantation*’ é fato ‘*sine qua non*’ dando possibilidade de sobrevivência da escravidão como sistema de trabalho”. É possível falar sobre a existência de reprodução natural de escravos em Minas Gerais no século XIX sobre uma situação hipotética. Essa hipótese é mencionada sobre a visão e aspectos nos estudos sobre a região das Minas Gerais no Período Colonial, realizado isoladamente ou em coautoria, por Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, utilizando-se de registros paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos, de livros anotados tendo em vista a preocupação fiscal de arrecadação dos quintos e de um conjunto de listas

nominativas de habitantes, os autores aludidos deram inequívoco contributo ao avanço do conhecimento acerca da economia e da sociedade que se constituem em torno à atividade mineratória.

A suspensão do tráfico negro e a suposta reprodução de escravos encontrada na história

É nesse sentido que podemos configurar e afirmar diante do exposto que a reprodução de escravos na Fazenda Santa Clara não aconteceu e ainda ressaltar que a suspensão do tráfico negro pode ser considerado um marco decisivo na história econômica brasileira, pois desmantelou a principal raiz alimentadora, sustentadora e criativa do escravismo no Brasil.

A Fazenda produzia café em grande quantidade e dependia de mais investimentos como plantio de lavouras, construção de terreirões para secagem dos grãos, construção de tulhas para armazenamento do café já seco, fabricação e aquisição de máquinas para limpar os grãos. É importante lembrar que existia na região da Vila de Rio Preto outras atividades como fiação e a criação de gado de leite, assim como houve uma queda nos preços do açúcar, os europeus já não estavam muito interessados no produto tendo como substituto principal, o café. Essa é a caracterização de que a Fazenda Santa Clara não pode ter sido uma fazenda reprodutora de escravos e sim uma fazenda voltada para a atividade cafeeira e posteriormente produtora de leite ou ainda criadora de gado. Por volta de 1887 as dificuldades financeiras dos fazendeiros crescia devido à queda na produção de café e aos preços dos escravos. Até admite-se a indagação e o questionamentos sobre a possível reprodução de escravos na Fazenda Santa Clara. Todavia, é preciso ir além das expectativas, já que não se sabe para onde foram os escravos reproduzidos, nem o por quê da crise na Fazenda ao final dos anos de 1887, posto que, se a Fazenda vendia escravos reproduzidos, nenhuma crise sofreria, pois continuaria fornecendo escravos aos fazendeiros, mediante paga, quando da ameaça e controle do tráfico de escravos através de navios negreiros.

É bem verdade que essas perguntas, estes questionamentos, devem seguir somente uma linha de raciocínio: a de que não existiu no Brasil fazendas reprodutoras de escravos. Não há provas, não existem documentos e nem mesmo indícios ou vestígios desta possibilidade. Mas, em contrapartida, podemos evidenciar, através de documentos escritos, comprovando a existência de trabalho escravo, mas voltado para a plantação da cana-de-açúcar, o extrativismo mineral, o cultivo do café, a construção e a outras atividades econômicas. Sendo certo que o historiador não deve deduzir ou fazer previsões. Ele deve buscar a veracidade dos fatos na sua íntegra.

Como resultado de minha investigação, meu trabalho, minha pesquisa bibliográfica, enfim, apresento este artigo totalmente inserido no contexto histórico da Fazenda Santa Clara, a partir de uma visão historiográfica que versa sobre a negatividade de reprodução de escravos, onde observa-se também o contexto demográfico, tendo sido possível enfatizar que a economia de subsistência no Estado de Minas Gerais só se manteve e cresceu utilizando-se do trabalho escravo. Acredito que minhas afirmações teóricas, meus estudos sobre os resultados a que cheguei, são suficientes e necessários para

concluir que, principalmente após 1856, a tendência dos preços dos escravos foi fortemente crescente para todas as províncias do Brasil. Sintetizo que na literatura recente não há dados sobre reprodução de escravos e sim inúmeros documentos direcionados ao trabalho escravo nos cafezais. Tento reforçar minha afirmação citando vários autores entre os quais Emília Viotti da Costa e seu clássico *Da senzala à colônia*; Joaquim Manoel de Oliveira Monteiro em sua obra *Dos barões aos coronéis*.

E assim, com o afinar das linhas e entre linhas acima, nas condições do bojo do artigo, a suposta existência de fazendas de reprodução de escravos no Brasil é totalmente inviável, fica à margem de parte da história de nosso país. É notável sim a expansão cafeeira na Zona da Mata e também na Fazenda Santa Clara, mas nem nos Estados Unidos, nem em outras partes do Caribe existiram fazendas reprodutoras de escravos.

Referências bibliográficas

- Jornal O Globo*. Domingo 13 de maio de 2001. Segunda-feira. Segunda edição.
- Jornal Tribuna de Minas*. *Boa Viagem*. Juiz de Fora. Quarta-feira, 22 de Setembro de 1999.
- Vultos em Destaque: Documentação da Fazenda extraída em Cartório*. Francisco Dionysio Fortes de Bustamant, com 27 páginas.
- Revista Boa Viagem*. Quinta-feira, 19 de julho de 2001. *Santa Rita do Jacutinga*, páginas 6 a 14.
- PILETT, Nelson. *História e vida*. Governo de Minas Gerais. 3. ed. especial. Belo Horizonte: Ática, 1998.
- OLIVEIRA, Joaquim Manoel de. *Dos barões aos coronéis*. Valença: Duboc.
- PALHARES, Alda Maria; MELO, Claudia Alves; e ANDRADE, Mariza Guerra de. *Escravidão em Minas Gerais*. Secretaria de Estado e Cultura. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. Cadernos do Arquivo, 1998.
- Abolição e República, 1989. Fita de Vídeo Fazenda Santa Clara. *Abolição*. Minissérie da TV Globo.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990.
- SILVA, Sidney Pereira da. *As relações de compadrio em Valença*. Dissertação de Mestrado. Universidade Severino Sombra, 2004.